

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**21 a 23
de ABRIL
2018**



**TJ
ES**

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

VITÓRIA

Prefeitura vai cortar ponto de professores grevistas

Salários não serão pagos porque a paralisação foi considerada ilegal pela Justiça

✎ **EDUARDO DIAS**
edias@redgazeta.com.br

A Prefeitura de Vitória declarou que não vai pagar os dias que os professores da rede municipal estiverem de greve. Em assembleia, a categoria decidiu ontem que manteria o movimento que co-

meçou no dia 26 de março. Depois houve passeata na Avenida Vitória.

Segundo o procurador-geral de Vitória, Rubem Francisco de Jesus, os salários não serão pagos porque a greve foi considerada ilegal pela Justiça após abandono de negociações. "Serão disponibilizados os contracheques, provavelmente na segunda-feira, e eles vão ver que não vai ser

valor cheio. A Justiça declarou que a greve é ilegal, qual atitude o município pode tomar? Remunerar esse pessoal? É uma questão de legalidade."

Além de cortar o ponto dos professores, Rubem reforçou que a prefeitura não vai negociar com a categoria enquanto a greve não for encerrada. Outra decisão já tomada pela prefeitura é a de não aceitar a repo-

sição de aulas nos fins de semana, para que os alunos não sejam prejudicados.

Na avaliação de Paulo Loureiro, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes), a prefeitura "está procurando problema" com a decisão de cortar os pontos. "Assim categoria não vai ter obrigação de repor. Não repondo, o ano letivo não fecha. Somos uma categoria que fazemos greve e depois repomos todas as horas para os alunos."

O Sindiupes disse que a greve afeta diretamente cerca de 35 mil estudantes.



DISSEMINAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS pode ter impacto nas eleições deste ano porque, segundo advogados, a fiscalização em tempo hábil é difícil

Punição rápida para barrar notícias falsas na eleição

Para advogados, leis rígidas e agilidade para identificar fonte de informações podem fazer a diferença no pleito deste ano

Luiza Marcondes
Tiago Alencar

Um grupo de quatro juristas ouvidos pela reportagem de **A Tribuna** defende que a principal ferramenta para combater as fake news, notícias falsas espalhadas na internet, é a punição rápida aos envolvidos.

Os advogados também alegam que será preciso o uso de leis mais

rígidas pela Justiça Eleitoral.

A principal preocupação é a influência negativa que as notícias falsas podem causar nas disputas eleitorais, chegando ao ponto de prejudicar o desempenho de alguns candidatos.

O advogado eleitoral Marcelo Nunes avalia que o principal obstáculo no combate às notícias falsas é o tempo. "A campanha eleitoral está restrita a apenas 45 dias. É difícil, dentro desse tempo, abrir um inquérito e chegar aos culpados", disse.

Nunes também destaca a importância de medidas preventivas às notícias falsas no processo eleitoral. "Elas têm influência direta na reputação do candidato e podem influenciar no resultado de uma eleição", comentou.

Já para o também advogado eleitoral Caleb Salomão será preciso um monitoramento firme e constante por parte do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Quanto aos prejuízos que podem ser causados pela disseminação das notícias falsas, Caleb enxerga que a divulgação de informações inverídicas pode tirar a

“Elas (fake news) têm influência direta na reputação do candidato e podem influenciar no resultado de uma eleição”

Marcelo Nunes, advogado eleitoral

isenção do processo eleitoral.

"Subverte o Direito Constitucional e a democracia republicana, e também enfraquece a isenção nas eleições", pontuou.

O advogado Hélio Maldonado, que atua em processos eleitorais, fala em reforço do aparato administrativo. "O primeiro passo é formar um aparato administrativo para atender de forma eficaz essas denúncias recebidas".

O advogado Luciano Ceotto enfatiza que a fiscalização e a agilidade na apuração dos fatos serão essenciais no combate às notícias falsas. Segundo ele, a saída é "criar mecanismos que proibam a criação de perfis falsos que disseminem de forma anônima. Assim, a Justiça pode chegar à origem da notícia falsa".

DEPOIMENTOS

Falta estrutura

"O Direito ainda não tem as ferramentas adequadas para combater isso. Não tem estrutura tecnológica, o ferramental jurídico adequado, nem gente preparada para combater, na origem propagadora, a notícia falsa."

É uma fofoca que toma dimensão do tamanho de um tsunami. E pode influenciar, de forma totalmente inconsequente, o processo eleitoral".

Caleb Salomão, advogado constitucionalista

Maior fiscalização

"Há uma necessidade de a Justiça Eleitoral fiscalizar e criar barreiras por conta disso. É difícil acionar a Justiça Eleitoral de forma eficaz e com urgência, principalmente porque as empresas que administram essas redes sociais não cumprem determinações judiciais de suspensão de conteúdos."

As fake news são uma forma de propaganda negativa que induz o estado artificial de conhecimento de um candidato".

Hélio Maldonado, advogado eleitoral

Identificar culpados

"Não é tão difícil achar os culpados de espalhar fake news. Normalmente são pessoas que se engajam em divulgar e a Justiça Eleitoral tem de verificar isso."

Fake news é uma análise subjetiva, mas que não é tão difícil de ser feita. Muitas vezes, são usados perfis falsos, quando são em perfis de verdade fica mais fácil punir. As fake news envolvem acusações que atingem a honra do candidato".

Marcelo Nunes, advogado eleitoral

Como evitar Notícia falsa é crime e pode levar à prisão

O QUE SÃO "FAKE NEWS"

Segundo pesquisa do Reuters Institute for the Study of Journalism, os usuários de redes digitais definem "fake news" como:

- NOTÍCIAS INVENTADAS para ganhar dinheiro e desacreditar terceiros;
- NOTÍCIAS QUE têm uma base factual, mas que são reinterpretadas e manipuladas para se adequar à determinada agenda;
- NOTÍCIAS COM as quais as pessoas não se sentem confortáveis e não concordam.

No dicionário

O CAMBRIDGE DICTIONARY conceitua a expressão como: "histórias falsas que parecem ser notícias, propagandas na internet ou outras mídias, geralmente criadas para influenciar opiniões políticas ou como uma plágio; há preocupação sobre o poder de notícias falsas para afetar os resultados eleitorais" (livro tradução).

COMO SE PROTEGER

1 NÃO COMPARTILHE uma informação em suas redes pessoais sem checar. Faça uma busca sobre o tema, usando algumas palavras-chave, em portais de notícia conhecidos.

2 PROCURE A FONTE de informação: quem assina? Que site é aquele? Pesquise o histórico de ambos. Material sem fonte é suspeito.

3 VERIFIQUE A DATA e o local da publicação para avaliar se o tema não está sendo reintroduzido nas redes sociais para engrossar alguma pauta política.



4 VISITE SITES dedicados a desmentir notícias falsas, como o www.e-farsas.com e o www.boatos.org.

ONDE DENUNCIAR

Quem se sentir lesado ou atingido por notícias falsas, deve procurar a Delegacia de Repressão aos Crimes Eletrônicos (DR-CE), que fica na av. Nossa Sra. da Penha, 2290, no bairro Santa Luzia, em Vitória.

PENA

Criar ou espalhar informações falsas em redes digitais pode levar a pena de 15 dias a 6 meses de prisão.

Interesses ilícitos

"O nosso principal esforço será adaptar o fato à legislação existente."

Esses atos para favorecer determinados interesses são considerados ilícitos.

A falta de combate às fake news pode ser muito preocupante, porque vai criar efeitos de manada virtual, uma determinação da ideia na opinião pública que não reflete a opinião da população.

Você não sabe efetivamente a relevância da informação porque ela vem do anonimato".

Luciano Ceotto, advogado eleitoral

Juiz quer detalhes sobre retrato de Serra

O juiz Evandro Carlos de Oliveira, da 15ª Vara da Fazenda Pública, determinou que o Ministério Público de São Paulo se manifeste em ação popular contra o contrato de

FABIO BRAGA/FOLHAPRESS



SERRA: retrato de R\$ 85 mil

R\$ 85 mil do governo do Estado para pintura de José Serra no Palácio dos Bandeirantes. A ação é do advogado Carlos Klomfahs e pede que seja anulado o contrato com o artista Gregório Gruber, contratado sem licitação.

O retrato de Serra, governador entre 2007 e 2010, vai ficar na galeria dos mandatários paulistas no primeiro andar do Bandeirantes.

Para Carlos Klomfahs, "o edital revela-se como uma afronta à moralidade administrativa, uma vez que permite gasto desnecessário na atual quadra de ajustes fiscais". O ex-governador não quis se manifestar. O governo de São Paulo disse que aguarda decisão da Justiça.

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS E MARCELO DE MORAES | colunadoestadao@estadao.com

VEM AÍ. Quando os registros forem julgados, a composição do TSE será outra. Já terão sido efetivados os ministros Og Fernandes e Edson Fachin, relator da Lava a Jato no STF. A aposta é de que o tribunal ficará ainda mais rigoroso.

DECISÃO DA JUSTIÇA

Rotativo de Guarapari tem contrato suspenso

Juiz citou falta de agentes e também de pagamento por exploração do serviço

« A Justiça determinou a suspensão imediata do contrato de concessão do estacionamento rotativo de Guarapari. A liminar foi concedida na última quinta-feira. Entre os motivos apresentados para a suspensão, estão a falta de repasse à prefeitura, e a precariedade do serviço prestado pela VGN - Vaga Ativa.

Na decisão, o juiz Gustavo Marçal cita que “a concessionária não vem prestando o serviço público de estacionamento rotativo de veículos de forma adequada, deixando, assim, de cumprir as normas do serviço e as cláusulas

contratuais da concessão em aspectos essenciais da concessão”.

Entre as obrigações contratuais da concessionária, está o de pagar ao município mensalidades pela outorga de exploração e tributos. Mas a VGN vinha apresentando “uma

postura recorrentemente inadimplente”. A dívida, de acordo com a Justiça, chega a R\$ 536.355,43, com valor vencido de R\$ 323.605,89.

A decisão também cita a falta de agentes para realizarem a cobrança do rotativo, uma reclamação recorrente entre usuários do serviço.

No período de baixa temporada, deveria haver pelo menos 50 agentes. Contudo, em vista da realizada pela Secretaria Municipal de Trânsito (Septran), apenas 19 funcionários estavam em serviço. “[...] o que, de fato, revela incapacidade de execução do serviço concedido de acordo com as especificações contratuais e re-



MARCELO PREST - 04/01/2018

Agente do rotativo de Guarapari: número de profissionais é insuficiente, diz juiz

gulamentares”, diz o magistrado.

INADIMPLÊNCIA

Ainda de acordo com a Justiça, foi verificada inadimplência fiscal (ISSQN) por parte da concessionária, falta de regularidade trabalhista, ausência de transparência e criação de obstáculos para a fiscalização.

Para a Justiça, as irregularidades apresentadas

revelam “formas graves de inadimplemento de obrigações fundamentais relativas à montagem e exploração do serviço objeto da concessão”. O magistrado ainda acrescenta que foi dada à concessionária a oportunidade de corrigir as falhas, mas nada foi regularizado.

OUTRO LADO

A Prefeitura de Guarapari chegou a informar à

reportagem do portal Gazeta Online que enviaria nota sobre o caso, mas até as 19 horas não deu retorno. Após esse horário as ligações da reportagem não foram mais atendidas.

A empresa Vista Group Network (VGN) Sistemas e Empreendimentos não foi encontrada pela reportagem do Gazeta Online para falar sobre o assunto. (Com informações de Laís Magesky e Naiara Arpini)

INADEQUADO

“A concessionária não vem prestando o serviço público de estacionamento rotativo de veículos de forma adequada, deixando, assim, de cumprir as normas”

GUSTAVO MARÇAL
JUIZ Na decisão

TRÂNSITO

Eficácia da nova Lei Seca divide opinião de especialistas

Mudança na pena para quem mata no trânsito e no tipo de crime é motivo de polêmica

ALINE NUNES
anunes@redgazeta.com.br

Em vigência há apenas dois dias, as mudanças no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) têm interpretações distintas e sua eficácia divide a opinião de especialistas. Uma corrente sustenta que as alterações são um avanço, na medida que aumentou a pena para os casos de homicídio em que o motorista está sob efeito de álcool ou drogas. Outra corrente lamenta o fato de a alteração na lei impedir a aplicação do Código Penal, com o qual seria possível indiciar motoristas embriagados por homicídio doloso, cuja pena pode chegar a 30 anos.

Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais e professor da Faesa, Halley Jhason Medeiros Mendes avalia que, no aspecto penal, houve um agravamen-



Motorista faz teste do bafômetro: quem beber, dirigir e matar agora não poderá ter fiança na delegacia

to da lei, já que foi criado um crime qualificado. "Obrigatoriamente, a pessoa que for condenada vai acabar indo para a cadeia, ainda que seja em regime semiaberto."

Para Israel Domingos Jório, professor de Direito Penal da FDV, a alteração não permite mais regime aberto, como anteriormente, e a pena estabelecida – de 5 a 8

anos de reclusão – é intermediária: não tão leve quanto o homicídio culposo comum, não tão pesada quanto o doloso. "Acho que vai endurecer o tratamento

penal, sem precisar distorcer a interpretação do dolo eventual", opina.

Já para Thiago Fabres de Carvalho, professor da Ufes e da FDV, a mudança traz

dois aspectos. A positiva é porque impede a generalização do uso de homicídio com dolo para todos os casos de morte no trânsito. "Uma pessoa que bebe um chope em um bar e depois se envolve em um acidente com morte não pode receber a mesma pena do que alguém que pega uma arma e atira deliberadamente em outra pessoa. Neste caso, sim, houve a intenção."

A crítica dele é para o fato de que, no país, a solução para os problemas sempre passa por leis penais, em vez de investimento em educação. Opinião semelhante à do professor Halley Mendes: "querem tratar a consequência, e não a causa."

Por sua vez, o professor da UVV Carlos Magno Moulin Lima acredita que houve uma diminuição do rigor porque dificilmente alguém será condenado por homicídio com dolo eventual, que tem pena mais severa, ainda que as circunstâncias da morte apontem para isso.

ENTENDA

HIPÓTESE 1

Motorista bebe uma taça de vinho ao jantar fora e, quando volta para casa, se envolve em um acidente com morte. Tenta prestar socorro à vítima.

HIPÓTESE 2

Motorista passa o dia em uma festa bebendo, sai em alta velocidade, avança sinais e se envolve em um acidente com morte. Não presta socorro.

ANTES DE MUDAR A LEI

- **Fiança**
Nos dois casos, haveria

possibilidade de pagar fiança, ainda na delegacia.

▼ **Penas**
Os motoristas poderiam ser indiciados por homicídio culposo (sem intenção), pelo Código de Trânsito, com 2 a 4 anos de prisão. Ou, pelo Código Penal, responder por homicídio doloso (com intenção) com pena de até 30 anos.

▼ **Prisão**
Entretanto, o uso do dolo para mortes no trânsito era pouco aplicado e, assim, com a pena do culposo limitada a quatro anos, o motorista não passava



Cerveja: bêbado que matar pode pegar 8 anos de prisão

sequer um dia na prisão.

COM A MUDANÇA

▼ **Penas**
No homicídio culposo, nos casos de motorista dirigindo sob efeito de álcool ou entorpecentes, a pena passa a ser de 5 a 8 anos de reclusão.

▼ **Fiança**
Com o aumento da pena mínima, não se pode mais arbitrar fiança na delegacia, mas ainda é possível no âmbito judicial.

▼ **Prisão**
Em vez de fiança, a Justiça pode determinar prisão preventiva, numa situação

como a da hipótese 2 pois, nesse caso, há elementos de dolo eventual (assumiu o risco, não se importando com o resultado).

▼ **Substituição da prisão**
A pena para homicídio culposo, independentemente do tempo da sentença, pode ser substituída por medidas restritivas, como prestação de serviços à comunidade.

▼ **Recurso**
Na lei atual, assim como na anterior, cabe recurso em liberdade.

ANÁLISE

"Nova redação pode atenuar a situação"

▲ A Lei 13.546/2017 alterou artigos do Código de Trânsito e, no homicídio culposo, fixou pena de reclusão de 5 a 8 anos para os casos de condução de veículo sob a influência de álcool ou outra substância psicoativa. O problema é que a nova redação pode atenuar a

situação dos que anteriormente eram condenados por homicídio com dolo eventual. A lei deixa a punição mais dura para quem bebe, dirige e culposamente mata uma pessoa, mas a acusação ficará sempre restrita a esse dispositivo legal. Imagine o seguinte: o su-

jeito vai a uma festa, bebe a noite toda, sai de lá a 200/h, ultrapassa todos os semáforos e capota o carro atingindo 2 pessoas. Pela nova lei, responde por crime cuja pena varia de 5 a 8 anos. Se respondesse por homicídio com dolo eventual, a pena seria de 12 a 30.

CARLOS MAGNO MOULIN LIMA
PROFESSOR DE DIREITO PENAL DA UVV

ANÁLISE

"Vai depender da Justiça"

▲ A interpretação de dolo eventual para os homicídios no trânsito, como regra, é um equívoco. A população se indigna muito quando um indivíduo mata alguém e não fica preso. Só que as pessoas não querem saber o nome que a gente dá, se é cul-

poso ou doloso. Só quem quer que vá preso. Com a modificação na lei, a pena de reclusão aumenta e passa a ser de 5 a 8 anos, não cabendo mais regime aberto como se via anteriormente. É fato que também é possível que a pena de prisão seja substituída

por outras medidas, mas vai depender da Justiça. Há um conjunto de elementos para analisar e a partir deles será definido se o indivíduo fica preso. São as circunstâncias judiciais que vão recomendar ou não a substituição da pena.

ISRAEL DOMINGOS JÓRIO
PROFESSOR DE DIREITO PENAL DA FDV

IMPRESSIONES DIGITAIS

Policial capixaba achou pista do caso Marielle

Papiloscopista da Polícia Federal no Estado é um dos principais especialistas do país

Um policial federal do Espírito Santo é o responsável por conseguir uma das pistas mais importantes sobre os assassinatos da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes, ocorridos no Rio de Janeiro, em março. Foi um papiloscopista capixaba que conseguiu encontrar digitais parciais nas cápsulas achadas pelos peritos no local do crime.

A informação foi confirmada pelo delegado Ildo Gasparetto, superintendente da Polícia Federal no Espírito Santo, que afirmou ainda que o policial estava de férias quando foi convocado para ajudar nos trabalhos de investigação da morte da vereadora carioca.

"O papiloscopista que fez o trabalho lá (identificou as digitais nas cápsulas) é lotado aqui. É um dos maiores especialistas do Brasil em papiloscopia. Esse profissional estava de férias, eu interrompi as férias dele. Ele foi convocado pelo superintendente do Rio, fez esse trabalho e foi reconhecido nacionalmente", contou Gasparetto em entre-

vista à Rádio CBN Vitória.

No entanto, as digitais encontradas nas cápsulas, nas palavras dos peritos, estão fragmentadas. Isso significa que, num primeiro momento, não podem ser comparadas com as armazenadas no banco de dados das polícias do Rio e Federal. Porém, segundo agentes que atuam no caso, é possível confrontá-las com as de um eventual suspeito.

TEMER

Ontem, durante uma homenagem a Marielle, que deu nome a turma de diplomatas do Instituto Rio Branco, o presidente Michel Temer, afirmou que as investigações sobre o crime avançavam.

"O inaceitável e covarde assassinato da vereadora chocou não apenas o nosso país, mas chocou o mundo. Marielle teve sua trajetória política brutalmente e covardemente interrompida, mas seus assassinos não conseguiram, nem conseguirão, matar o que ela representa. As investigações sobre o crime avançam com método e critério. As autoridades competentes trabalham para que os responsáveis sejam identificados e levados à Justiça", disse Temer.



Marielle Franco foi morta a tiros no dia 14 de março



Homenagem

Os pais de Marielle Franco, Marinete e Antônio Francisco, se encontraram com Temer, em Brasília, em formatura que homenageou a vereadora

MÁRCIA FOLETTO/AGÊNCIA O GLOBO/ARQUIVO

ALAN SANTOS/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DEPOIS DE SER PRESO NA DIVISA

Ex-PM que protegia Nem da Rocinha acaba solto no ES

Mandado contra Carlos Henrique estava revogado desde 2013, por isso ele ficou livre

PRF/DIVULGAÇÃO



Carlos Henrique foi solto horas depois

O ex-PM Carlos Henrique Pereira Januária, de 29 anos, acusado de fazer a segurança do traficante Antônio Bonfim Lopes, o Nem da Rocinha, foi liberado pela polícia na tarde de ontem, após ter sido constatado que o mandado de prisão por associação para tráfico, que estaria em aberto desde 2013, foi revogado pela Justiça no mesmo ano.

De acordo com o superintendente da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no Espírito Santo, Wylis Lyra, a instituição utiliza a base de dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para realizar consultas. Porém, nesse sistema, o mandado de prisão de Carlos Henrique ainda aguarda cumprimento.

O ex-PM foi preso pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) na divisa do Espírito Santo com o Rio de Janeiro, na manhã de ontem. De acordo com a PRF Segundo Wylis Lyra, Carlos Henrique Pereira Januária, também conhecido como Kaíque, alegou que iria para a cidade de Serra, na Grande Vitória, onde a família da esposa dele reside, para participar de

um encontro de família e de um aniversário.

Carlos Henrique foi detido, sem ser algemado, e não ofereceu resistência. Depois disso, foi levado para a delegacia de Polícia de Mimoso do Sul, de onde foi liberado após o delegado constatar, com 36ª Vara Criminal do Estado do Rio de Janeiro, que o mandado de prisão do ex-PM foi revogado ainda em 2013.

Carlos Henrique Pereira Januária faria a segurança pessoal de Nem da Rocinha e era suspeito de passar informações para o traficante sobre operações policiais. Nem está preso no presídio federal de Porto Velho em Rondônia (RO), onde cumpre penas que somam mais de 96 anos por tráfico de drogas, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

PAINEL

O que nos une

Associações de direitos humanos foram ao STF pedir para atuar como "amicus curiae" na ação em que a governadora de Roraima, Suely Campos, solicita o fechamento de fronteiras para barrar venezuelanos.

O que nos une II

Beto Vasconcelos, ex-secretário nacional de Justiça e ex-presidente do Comitê Nacional para Refugiados é quem vai representar entidades como a Conectas e o Instituto Migrações e Direitos Humanos no STF.

Todo ouvidos

A possível candidatura de Joaquim Barbosa aguçou a curiosidade de diversos setores. O ex-presidente do STF contou a integrantes do PSB que recebeu convites para falar em embaixadas, agências de investimentos e universidades.



CLÁUDIO HUMBERTO

www.claudiohumberto.com.br | claudiohumberto@odianet.com.br

Servidor vai trabalhar a 17.700km da repartição

Um diplomata do consulado do Brasil em Tóquio levou consigo o companheiro, procurador, beneficiado pela Justiça Federal, em Brasília, por uma decisão que abre sério precedente. De acordo com sentença da juíza Iolete de Oliveira, o procurador nem precisa pedir licença sem vencimentos, como é a regra: poderá atuar remotamente, a 17.700km do local de trabalho, em Brasília, sem prejuízo dos seus salários.

Toffoli assume o STF e Weber o TSE, em setembro

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, assumirá, em 12 de setembro, a presidência da Corte, uma quarta-feira. Neste dia, termina o mandato da atual ocupante do cargo, ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha. Nesse mesmo dia assumirá a vice-presidência do STF o presidente do TSE, ministro Luiz Fux. Com isso, a ministra Rosa Weber assumirá o comando da Corte Eleitoral.

Servidor é outra história

A Lei 8.112 proíbe a ausência do servidor por mais de 4 anos. E é preciso a autorização dos presidentes da República, Congresso e STF.

Primeira vez

Rosa Weber será a primeira mulher a presidir o TSE em uma eleição presidencial. Seu vice será o ministro Luis Roberto Barroso.

Sonho antigo

Antes de presidente do STF, Cármen Lúcia tinha o projeto de advogar em Brasília, após a aposentadoria. Até comprou uma casa, na época.

Sindicatos ganham mais de 100 ações para cobrar imposto

Contrariando a nova legislação trabalhista, a Justiça tem garantido o recolhimento da contribuição sindical dos trabalhadores

Caio Miranda

Com cinco meses da nova legislação trabalhista, que pôs fim à obrigatoriedade do recolhimento do imposto sindical dos trabalhadores, diversos sindicatos de todo o País têm conseguido liminares na Justiça para manter a contribuição, uma de suas principais fontes de receita.

De acordo com uma pesquisa on-line de advogados dessas organizações, já são 123 decisões a favor dos sindicatos – inclusive 34 em segunda instância.

Em Santa Catarina, segundo o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, já foram 54 decisões favoráveis às entidades e, por enquanto, apenas uma contra.

Pelo menos um sindicato do Brasil já deverá receber, até o fim deste mês, o valor, que equivale a um dia de trabalho de cada funcionário.

O caso em questão envolve o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Paulo (STIA) e uma empresa de laticínios.

A entidade conseguiu, no mês passado, uma liminar em primeira instância que obriga a empresa a recolher o imposto dos funcionários de uma fábrica de São Caetano do Sul (SP). O STIA espera receber o dinheiro dos cerca de 650 empregados até o próximo dia 30.

Nas brigas judiciais, os sindicatos têm utilizado um documento da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra).

O texto alega que a contribuição sindical tem natureza de tributo e, por isso, só pode ser alterada por uma lei complementar – a mudança na reforma trabalhista foi através de uma lei ordinária. Porém, o texto da Anamatra não tem valor legal, de acordo com juristas.

Segundo o advogado trabalhista Adriesley Esteves de Assis, ainda está valendo o que diz a lei, que determina que qualquer contribuição sindical não é mais obrigatória, embora juízes possam ter diferentes interpretações.

Para ele, só haverá mudança se o Supremo Tribunal Federal (STF) declarar o artigo como inconstitucional.

Para Adriesley, não só artigo que fala das contribuições, mas toda a reforma trabalhista foi feita às pressas e, portanto, dá brechas para esse tipo de ações vitoriosas dos sindicatos.

“Tem muitos pontos inconsistentes, contraditórios nessa nova legislação trabalhista. Ela foi feita muito na correria e, como diz o ditado, ‘a pressa é inimiga da perfeição’”, criticou.



PROTESTO do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Paulo: entidade deverá ser beneficiada

SAIBA MAIS

Mudança

► UM DOS pontos mais polêmicos da reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017, estipula que deixa de ser obrigatória qualquer tipo de contribuição sindical.

► ASSIM, ficou estabelecido que só serão descontados valores se o trabalhador tiver interesse em contribuir para o sindicato de sua categoria e registrar por meio de ofício.

► ANTES DA REFORMA, o chamado imposto sindical, com valor equivalente a um dia de trabalho por ano, era recolhido automaticamente do trabalhador pelo empregado.

Conflito

► APESAR DA MUDANÇA, sindicatos e federações de trabalhadores argumentam que a nova regra é inconstitucional e, portanto, as empresas precisam recolher o imposto.

► O NÃO CUMPRIMENTO da determinação acarretaria em multa sobre o valor não recolhido, de acordo com as entidades que representam os trabalhadores.

► EM SENTIDO CONTRÁRIO, representantes patronais garantem que vão seguir a lei atual e orientam aos empresários que não efetuem o recolhimento das contribuições sem a autorização prévia dos empregados.

► JURISTAS também afirmam que a nova regra deve ser seguida e que o recolhimento é ilegal.

► SEGUNDO OS ESPECIALISTAS em Direito do Trabalho, a lei só deixa de valer caso o Congresso altere novamente a legislação trabalhista ou o Supremo Tribunal Federal (STF) decida por sua inconstitucionalidade.

Fonte: Representantes de trabalhadores e de empresas, especialistas em Direito Trabalhista e pesquisa AT.

Comerciários do Estado já ganharam três liminares

Se no País inteiro já foram 123 decisões liminares favoráveis à obrigatoriedade do recolhimento do imposto sindical, no Estado também há casos de vitória dos sindicatos na Justiça.

Segundo o presidente do Sindicato dos Comerciários (Sindicato Comerciários-ES), Rodrigo Rocha, a categoria já conseguiu três limina-

res para o retorno da cobrança obrigatória do tributo.

Ele ressalta que a mudança na legislação é inconstitucional e não foi dialogada com trabalhadores. Além disso, revelou que nem só via liminar que os sindicatos podem conseguir que a cobrança volte ao que era antes da reforma trabalhista.

“Há também decisões em convenções coletivas e Termos de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público, possibilitando a cobrança. Os metalúrgicos do Rio Grande do Sul, por exemplo, já conseguiram um TAC”.

Rodrigo também explica que, no caso dos comerciários do Estado, as três liminares foram individuais. Ou seja, cada uma representou a cobrança a uma empresa específica do setor.

Porém, ele disse que há decisões que envolvem toda uma categoria e atingem muitas empresas. “Acredito que cerca de 20 mil empresas já deverão fazer o recolhimento da contribuição sindical com essas decisões favoráveis”.



RODRIGO ROCHA: cobranças

Empresas dizem que continuarão seguindo a lei

Se os sindicatos se animam com mais de uma centena de vitórias na Justiça, empresas do Estado – que eram as responsáveis por descontar o imposto sindical do salário de seus empregados – afirmam que continuarão a seguir o que a lei determina.

Para o gerente jurídico da Federação das Indústrias do Estado (Fines), Samir Furtado Nemer, em um primeiro momento, interpretações de magistrados que vão de encontro à legislação podem até trazer uma insegurança jurídica.

Porém, ele ressalta que a maioria dos tribunais regionais do trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho – a segunda instância e o órgão máximo da Justiça do Trabalho, respectivamente – têm cassado essas liminares.

“Nas instâncias superiores, não tem tido ressonância desse tipo de entendimento. Há uma estabilização quanto à reforma trabalhista nessas cortes, fazendo valer o que foi aprovado pelo Congresso Nacional”, disse Samir, destacando que até mesmo a maioria dos juízes de primeiro grau entende a lei como constitucional.

Já o presidente da Federação do Comércio do Estado (Fecomércio-ES), José Lino Sepulcri, disse que respeita os movimentos de sindicatos dos trabalhadores, mas que a federação continua convicta com a decisão de não fazer qualquer recolhimento sem autorização prévia do empregado.

“A não ser que nos encaminhem uma obrigatoriedade judicial ou que o Congresso mude a lei novamente. Ai, obviamente, vamos cumprir. Agora, movimento de advogado, de sindicato, é balela, conversa para boi dormir. Vamos trabalhar em cima da legislação”.



SEPULCRI: respeito à legislação

REFORMA TRABALHISTA

TRABALHADOR OBRIGADO A PAGAR IMPOSTO SINDICAL

Sindicatos conseguem liminar para que taxa seja cobrada

de MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

Com o fim do imposto sindical obrigatório, sindicatos no Estado têm conseguido na Justiça liminares que obrigam todos os trabalhadores da categoria a pagarem a contribuição.

Pesquisa feita pelo jornal encontrou ao menos 25 ações tramitando no Tribunal Regional do Trabalho, sendo 19 somente do Sindicato dos Comerciantes. A entidade, uma das mais ricas do Espírito Santo e que representa cerca de 120 mil pessoas, já conseguiu três decisões que determinam dois supermercados e uma loja de autopeças a descontarem um dia de salário no contracheque dos empregados. Antes da mudança, por ano, a organização recolhia, em média, R\$ 4 milhões, o maior volume de contribuição arrecadada no Estado.

Outros seis processos, ajuizados por categorias das áreas de hotelaria, alimentação, vestuário e de funcionários públicos municipais, por exemplo, não tiveram os pedidos liminares aceitos pelo Judiciário.

Em uma das ações, aberta pelo Sintrahotéis contra 26 restaurantes, bares e hotéis, a juíza Ma-



Carteira de Trabalho: funcionários de empresas estão tendo que contribuir com sindicatos após decisão da Justiça

rise Medeiros, da 14ª Vara do Trabalho, suspendeu o andamento por 12 meses com a finalidade de aguardar um parecer do Supremo Tribunal Federal (STF), que analisa 15 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) sobre o fim do imposto sindical compulsório.

Além de ter negado liminar, a juíza de Linhares, Ivy D Lourdes Malacarne,

numa ação proposta do Sindialimentação contra uma fábrica de água de coco, deu sentença definitiva, não aceitando a reivindicação do sindicato e também o obrigando a pagar as custas de R\$ 800 e sucumbência de 5% do valor arbitrado à causa, de R\$ 40 mil.

Em outros quatro processos, juízes não permitiram a cobrança forçada

até que o tema seja debatido em audiência. Em dois casos, o entendimento foi mantido pelos desembargadores.

TRIBUNAL

Na ação protocolada pelo Sindicato dos Servidores Públicos de Marataízes, Presidente Kennedy e Icoínia, por exemplo, a desembargadora Claudia Cardoso de Souza chega a dizer

que seria necessário levar a demanda para análise do Tribunal, numa tentativa de uniformizar as decisões sobre o assunto.

Segundo a assessoria de imprensa do órgão, para que os desembargadores possam colocar o assunto em votação é preciso que algum recurso chegue ao Pleno, não sendo possível precisar quando isso vai ocorrer.

Batalha por contribuição ocorre em todo o país

A batalha judicial em torno da contribuição sindical é reflexo da reforma trabalhista que tornou a taxa facultativa: ou seja, o trabalhador deve autorizar o empregador a fazer o desconto de 3,3% da remuneração na folha de pagamento de março. Conforme antecipou A GAZETA, diversos sindicatos têm notificado às empresas e as ameaçado com processos se não realizarem a cobrança.

As organizações consideram a mudança no imposto ilegal. Segundo os representantes dos trabalhadores, por ter natureza tributária, a contribuição só poderia ser modificada por projeto de emenda complementar à Constituição, não por lei ordinária.

Segundo reportagem do jornal "Estado de S. Paulo", em todo o país, as entidades já conseguiram 123 decisões favoráveis.

O advogado empresarial José Arciso Fiorot Junior afirma que as empresas, mesmo que notificadas extrajudicialmente pelos sindicatos, não podem realizar os descontos da contribuição sem autorização dos trabalhadores. "Tenho dois clientes processados por sindicatos. Entendemos que as entidades estão se precipitando. É preciso aguardar as definições do STF. No Tribunal Superior do Trabalho (TST), já têm várias ações suspensas, esperando o Supremo definir se a reforma trabalhista é constitucional", afirma.

ENTENDA

COMO ERA

Antes da reforma entrar em vigor, a contribuição sindical era obrigatória. Todo mês de março, um dia do salário do trabalhador era destinado para financiar as atividades sindicais. O recurso era recolhido pela Caixa. Sessenta por cento do dinheiro ia para os sindicatos, 10% para o Ministério do Trabalho e o restante para federações e

confederações sindicais.

COMO É AGORA

Pela nova lei, o trabalhador deve autorizar o desconto do imposto sindical de seu contracheque. As empresas precisam ter a autorização por escrito e assinada pelo empregado. Em alguns Estados, sindicatos aprovaram nas convenções coletivas a cobrança compulsória de



Tribunal Regional do Trabalho: mais ações abertas

FERNANDO MADEIRA/ARQUIVO

todos os empregados. No Espírito Santo, isso ainda não ocorreu.

AÇÕES AJUIZADAS

Pesquisa do Tribunal Regional do Trabalho mostra que entre janeiro e março, 67 ações foram abertas na Justiça relacionadas à contribuição sindical. No ano passado, no mesmo período, foram 42 processos.

REPORTAGEM ESPECIAL



GRÁVIDAS, ELAS NÃO CONSEGUEM DEIXAR O CRACK

O drama das moradoras de rua viciadas em drogas em plena gestação

de SULLIVAN SILVA
sullivan@redgazeta.com.br

*Edilaine tem 35 anos e está no sexto mês de gestação. Seus dias e noites de gravidez não passam no conforto de uma casa. Sua morada é nas ruas, marquises e, às vezes, em abrigos improvisados feitos por ela nas calçadas de Vila Velha, onde usa drogas mesmo com um filho na barriga. Sua capacidade de acompanhar e planejar o futuro foi silenciado por causa do vício.

A conhecemos após acompanhar duas manhãs de trabalho da equipe de abordagem social do município. Vivendo em situação de rua, ela não procurou atendimento médico nem para saber o sexo da criança. A dependência química a impediu de cuidar da própria saúde e a de seu bebê.

"Quando você começa a fumar, não consegue parar. Não consegue pensar em mais nada, a não ser em sustentar o vício. Penso se esta criança merece uma mãe como eu", disse Edilaine, emocionada.

A primeira gravidez dela foi aos 17 anos, idade em que começou a usar crack. É mãe de seis filhos: quatro meninas e dois meninos. Cinco vivem com a avó, que mora em Vitória. O filho da última gestação foi levado por ordem judicial para um abrigo, logo

“Quando você começa a fumar não consegue parar. Não consegue pensar em mais nada. Só em sustentar o vício”

—
EDILAINE
GESTANTE EM SITUAÇÃO DE RUA

após o nascimento, e encaminhado para adoção.

"Ele não tinha sido registrado ainda. Saí de mim com três ou quatro meses quando estava na casa da minha mãe. Não procurei saber. Não fui atrás. Só fumava e não ia resolver essa situação", relatou.

Edilaine tentou ficar na casa da mãe com os filhos, mas o vício a levou para a rua por diversas vezes. Está grávida novamente do companheiro que conheceu na rua, que também é dependente químico.

Também em situação de rua e grávida de três meses está Rayane. Com apenas 23 anos, ela é mãe de outros três filhos que moram com a avó em um bairro da Serra. Mudou-se para Vila Velha, com medo de ser morta pelo

tráfico do local de onde morava e engravidou.

"Eu devia R\$ 120,00, mas já paguei quase R\$ 400,00. Não sei o que pode acontecer se eu voltar. Já vi gente morrer depois que entrega o dinheiro", conta Rayane.

SERVIÇOS

Em Vila Velha, Edilaine recusou o tratamento no Centro de Tratamento Psicossocial (Caps) e o acolhimento noturno, oferecido em dois abrigos da prefeitura. Algo que, segundo a secretária municipal de Assistência Social, Ana Cláudia Pereira Simões Lima, é comum, pois a adesão aos serviços precisa ser voluntária.

"As mulheres grávidas em situação de rua são encaminhadas pela equipe de abordagem social para os serviços de saúde, mas, por causa do vício, muitas recusam. Por isso é feito um trabalho de criação de vínculo e convencimento por parte da equipe. O primeiro passo é aceitar, o que dificilmente acontece", disse a secretária.

Quando a encontramos, Edilaine reclamou que o bebê não se mexia na sua barriga. Uma semana depois, convencida pelos assistentes sociais, foi encaminhada para o primeiro atendimento do serviço de saúde. Na consulta médica não conseguiu ouvir as batidas do coração do bebê e, agora, vai passar por exames.

"O sobrenome das gestantes não vai ser divulgado para evitar constrangimentos.

REPORTAGEM ESPECIAL

PERDA DA GUARDA DO BEBÊ É O ÚLTIMO RECURSO

Mesmo na rua, mães têm prioridade para ficar com criança

de SULLIVAN SILVA
susilva@redgazeta.com.br

No sétimo mês de gestação, Marina Costa Bourguignon, de 35 anos, está preocupada em perder a guarda da filha que espera. Vivendo em situação de rua em Vitória, ela desconhece o direito de permanecer com o bebê após o seu nascimento.

Marina morava de aluguel em Jacaraípe, na Serra. É mãe de um adolescente de 14 anos que hoje mora com o pai, que se mudou da cidade sem a comunicar. Marina viajou em busca do filho e, quando retornou, sua casa tinha sido saqueada. Sem dinheiro para pagar o aluguel, ela foi viver nas ruas.

Marina não usa drogas. Passa o dia no Centro de Referência Especializado Para Pessoas em Situação de Rua (Centro-POP) e as noites no abrigo noturno, no Centro da Capital. Foi por meio desses serviços que foi encaminhada para realizar o pré-natal.

“Minha vida deu uma reviravolta. Sempre cuidei do meu filho até os 14 anos. Fui para Linhares atrás dele. Quando retornei para minha casa, vi



FERNANDO MADEIRA

“

Minha vida deu uma reviravolta. Daí eu decidi morar na rua”

MARINA COSTA BOURGUIGNON, GRÁVIDA DE SETE MESES, EM SITUAÇÃO DE RUA

que roubaram tudo. Daí eu decidi morar na rua”, contou a gestante.

DIREITOS

Segundo informações da promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público do Espírito Santo (MPES), a prioridade dos casos que vão parar na Justiça é a presença da mãe ou de um parente

próximo na criação da criança. Direito garantido também para os filhos de mães com dependência química. A criança só pode ser encaminhada para um abrigo, após esgotada essas possibilidades.

“A gente não dá um tratamento diferenciado pelo fato da mãe estar em situação de rua e usar drogas. O direito da criança

de proteção integral é ter a presença da família nessa criação”, explicou Camila Abelha, promotora de Justiça e dirigente do Centro de Apoio da Infância e Juventude do MPES.

A promotora ressalta que mãe e criança precisavam ser protegidas. “A gente verifica que muitas dessas mães em situação de rua e dependentes,

após a maternidade, realmente têm a intenção de se tratar. Pode ser disponibilizado tratamento e o aluguel social”, afirma.

Camila explica que o acolhimento institucional é a última atitude a ser adotada. Primeiro é verificada a vontade da mãe em permanecer com o filho.

“Quando verificado que não é da vontade da

genitora, ou que ela não tem condições de ficar com seu filho, a primeira medida a ser adotada é tentar procurar os parentes consanguíneos: avó ou um tio.” A criança vai para uma unidade de acolhimento após ação de destituição do poder familiar que, uma vez concluída, a criança é encaminhada à adoção.

ANÁLISE

“Elas vão levando a gravidez”

“Uma pessoa que está em situação de rua busca o serviço quando não está se sentindo bem. Com a gravidez é um pouco parecido: a mulher geralmente vai perceber a gestação quando a gravidez está avançada. Nem sempre a partir desse momento ela vai procurar atendimento. Às vezes, fica preocupada se vai ser bem atendida ou não, tem dúvidas de onde

ir e como proceder. Elas vão levando a gravidez até que seja meio que impossível. Algumas ainda têm a preocupação de ter os filhos tirados. É claro que existem casos bem-sucedidos. Estamos falando de um padrão disfuncional. É comum que uma mulher que está em situação de rua, e que vai ter o primeiro filho, busque de volta também o amparo na fa-



mília ou em algum sistema de ajuda social. A partir daí ela volta a ter uma vida mais cidadã.

— FELIPE ALVES DE ARAÚJO
PSICÓLOGO E COORDENADOR DO CENTRO-POP DE VILA VELHA

O QUE DIZ A LEI

DIREITO DAS CRIANÇAS

“O direito da criança é de proteção integral e da presença da família em sua criação. Se a mãe em situação de rua manifesta o interesse, e se for verificado que não há risco, a criança fica com a genitora.

MÃES COM DEPENDÊNCIA QUÍMICA

“Segundo a Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público do

Espírito Santo (MPES), não é feita diferenciação de mães viciadas em drogas ou não. A genitora com dependência química tem a oportunidade de buscar tratamento.

GUARDA PARA FAMILIARES

“Quando é verificado que não é da vontade da genitora, ou que ela não tem condições de ficar com seu filho voluntariamente, a primeira medida a ser adotada é tentar levar a criança para a família extensa, que são parentes

consanguíneos, como avó e tios.

ADOÇÃO

“O acolhimento institucional é a medida extrema e, por isso, a última a ser adotada. A criança vai para uma unidade de acolhimento e é feita uma comunicação à Justiça e ao Ministério Público. Nesse momento, é feita uma ação de destituição do poder familiar que, uma vez concluída, a criança é encaminhada à adoção.

“

Estou há quase um ano sem ver meus filhos que moram com minha mãe. Já fui diversas vezes para a rua por causa do vício”

—
EDILAINE
GESTANTE EM SITUAÇÃO
DE RUA

“

Fugi do bairro em que morava por medo do tráfico. Por isso meus filhos ficaram com minha mãe. Paguei uma dívida, mas tenho medo”

—
RAYANE
GESTANTE EM SITUAÇÃO
DE RUA

“

Um dos meus filhos foi para adoção com quatro meses. Não procurei saber. Não fui atrás. Só fumava e não ia resolver essa situação”

—
EDILAINE
GESTANTE EM SITUAÇÃO
DE RUA



MARCELO PREST

Vida na rua

Rayane tem apenas 23 anos e já possui três filhos. Todos moram com a avó. Está em situação de rua há um ano e três meses. É sua primeira gestação sem o conforto de um lar.

“Vejo meus filhos quando minha mãe os traz aqui em Vila Velha. Já tem um mês que não os vejo. A saudade aperta todos os dias”

—
RAYANE, grávida em situação de rua

Aborto é comum em mães dependentes, diz médica

VITOR JUBINI

Drogas na maternidade também causam malformação dos fetos e doenças psíquicas

de **SULLIVAN SILVA**
susilva@redgazeta.com.br

Gilmara tem 38 anos e estava grávida de dois meses quando teve um aborto espontâneo na rua. Seu organismo não conseguiu segurar o bebê em formação no útero. Diz não ser dependente química, mas afirma que fumou crack no início de gestação. Ainda é soropositiva e não faz tratamento.

Sua vida revela uma história trágica: começou a usar drogas após a mãe ser assassinada a tiros pelo padrasto em um bairro de Cariacica em 2009. É mãe de três filhos: duas crianças que moram em Belo Horizonte, Minas Gerais, com a avó, e um adolescente de 16 anos que mora com a tia no Espírito Santo.

Conhecemos Gilmara em um dia de chuva forte. Estava protegida com o companheiro em tapumes na varanda de uma casa abandonada em Vila Velha. Está magra e pesa 52 quilos. Sente dores e tem sangramentos recorrentes desde o abortamento. Mesmo debilitada, não procurou



Gilmara perdeu o bebê de dois meses nas ruas por causa do vício em drogas

atendimento médico.

“Sangrava toda hora e tinha muita câimbra. Aí saiu. Quando fumo fico horrível. É uma pedrinha que te faz esquecer tudo. Não pensava nos filhos. Esquecia que estava grávida. Procurava comida no lixo”, relatou Gilmara.

De acordo com Andréa Lube, médica neonatologista do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam), o aborto espontâneo é muito comum quando a mãe usa drogas. No caso de Gilma-

ra, o episódio foi fruto de seu histórico de saúde agravado pelo uso de crack. “Essa paciente em especial tem dois fatores de risco que a levaram para o desfecho ruim, no caso o abortamento”, disse.

Andréa Lube explica ainda que, normalmente, o uso de crack e seus derivados traz impactos para o feto em desenvolvimento como a malformação de órgãos, e problemas irreversíveis, caso o bebê nasça, como doenças psíquicas e emocionais.

“Vemos a repercussão da droga sobre a criança. Ou ela é intoxicada pela droga que a mãe utilizou ou tem crise de abstinência quando nasce. O feto dentro do útero fica com um nível da droga e, quando você corta o cordão umbilical, ele passa a se sentir da ausência da droga”, esclarece.

Ainda segundo a médica, que organizou debates sobre o uso de drogas na gravidez, os casos vêm crescendo nos últimos tempos. “Trabalho em duas institui-

ções públicas. Não há um dia em que eu não tenha um nascimento em que é necessário perguntar se a mãe utilizou drogas”, relata Andréa Lube.

Andréa afirma ter tido contato com mães que se recusaram a amamentar os filhos, pois sabem que não vão deixar de lado o uso de entorpecentes.

Segundo o médico especialista em drogas, João Chequer, os casos mais graves são de mães que consomem crack - droga que causa dependência rapidamente. O usuário desenvolve arritmia cardíaca quando fica sem consumir.

“O crack é uma substância alcalina absorvida muito rápido para o sistema nervoso central. Provoca um verdadeiro encharcamento de dopamina no sistema. A pessoa fica logo intoxicada. O crack vicia rápido”, explicou.

GAZETA
ONLINE

www.gazetaonline.com.br

VÍDEOS

Veja na Gazeta Online vídeos com entrevistas com as gestantes em situação de rua.

leia.ag/gravidas

PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenario@redetribuna.com.br

Denúncia do eleitor para o juiz

Nesta eleição, a denúncia de irregularidades feita pelo eleitor será enviada diretamente para o e-mail do juiz eleitoral e do promotor. Essa é a principal alteração no sistema Pardal, um aplicativo elaborado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) que será utilizado pela primeira vez no Brasil inteiro.

"Pelo celular, o eleitor faz a denúncia, inclusive enviando fotos, vídeos e áudio. Na mesma hora que clicar e enviar a denúncia, o juiz e o promotor recebem em suas caixas de e-mail. Ou seja, vai chegar em tempo hábil às autoridades", explicou o secretário de Tecnologia da Informação do TRE-ES, Danilo Marchiori.

O lançamento da nova versão da ferramenta está previsto para o final do próximo mês. A nova versão tem mais estabilidade e menos problemas de manuseio.

TRÂNSITO

“Não sou escravo do carro”, diz secretário

Mesmo diante de críticas à chamada Linha Verde, por parte de alguns motoristas de carros, o secretário de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana, Tyago Hoffmann, defende que a prioridade é para quem usa o transporte coletivo. Pessoalmente, apesar de se considerar um “passageiro esporádico”, ele ainda reforça que pretende aumentar as viagens de ônibus.

“Mesmo não utilizando ônibus todos os dias, entendo que o transporte coletivo é prioritário. Não vejo problema em esperar um pouco mais no carro (por conta do trânsito). Quando não preciso fazer outros deslocamentos pela cidade, uso a nova linha de ônibus que foi criada (que faz o trecho Jardim Camburi-Enseada do Suá) para vir trabalhar. Também ando de táxi e Uber. Não sou escravo do carro”, disse.

Ele argumentou que o fato de andar de carro não faz com que ele não defenda a prioridade do transporte coletivo.

“Não estamos pedindo ou obrigando que as pessoas deixem o carro em suas casas. Não existe isso. Vivemos numa democracia e não é proibido andar com o seu veículo. O que o motorista precisa

entender é que a Prefeitura está adotando políticas para priorizar o transporte coletivo”, afirmou Tyago Hoffmann.

REDUÇÃO

O secretário reconhece, também, que a Linha Verde implantada apenas na avenida Dante Michelini não traz um ganho de tempo muito grande para o usuário de ônibus.

“O ganho só com aquele trecho existe, mas ainda é pequeno. Quanto maior o trecho, maior o ganho. É preciso entender que o projeto não está implantado na integral. Quando fizermos a expansão até o Hortomercado, na Enseada do Suá, o ganho vai ser mais significativo”, disse.

Hoffmann afirmou que a Prefeitura está fazendo levantamentos para comprovar a redução de tempo na viagens de ônibus, mas que ainda é cedo para tirar qualquer conclusão.

“Estamos fazendo o acompanhamento do tempo de viagem desde o primeiro dia. No horário de pico, estamos realizando viagens de carro e de ônibus para ter dados qualificados para fazer as medições necessárias”, disse o secretário.

Nova faixa vai ser testada

A faixa exclusiva para ônibus, vans, táxis e veículos com mais de três pessoas vai começar a ser testada da Enseada do Suá até Camburi nas próximas quarta e quinta-feiras. Tendo início próximo ao Hortomercado, o novo trecho terá quatro quilômetros e passará pelas avenidas Nossa Senhora dos Navegantes, Américo Buaiz e Saturnino de Brito.

Com isso, haverá Linha Verde desde o Hortomercado até o cruzamento da avenida Dante Michelini com a Norte-Sul, no sentido Jardim Camburi, totalizando oito quilômetros.

Nos dois dias de testes, a faixa será demarcada com cones e não haverá fiscalização por câmeras. Se o sistema funcionar bem nesse período, a Linha Verde no trecho será oficializada na semana seguinte.

Nos dois dias de testes, o horário

de funcionamento nesse trecho será diferenciado, indo das 14h às 20h. “Quando ampliarmos em definitivo, será o horário normal, das 6h às 20h. Existe a preocupação de que o ciclista confunda o local como ciclofaixa, então os agentes estarão no local de forma permanentemente para fazer a orientação”, afirmou Tyago Hoffmann.

Após iniciar oficialmente o trecho entre o Hortomercado e Camburi, a prefeitura começa a preparação para ampliar a faixa exclusiva até a Rodoviária, no Centro, passando por toda avenida Beira-Mar.

Já as avenidas Reta da Penha e Avenida Ferrari só serão contempladas em 2019. “A previsão é de que as obras da avenida Leão da Silva sejam concluídas no final do ano e, se isso se confirmar, podemos fazer a expansão para o corredor Reta da Penha-Fernando Ferrari”, disse Hoffmann.



ENSEADA DO SUÁ: a partir de quarta, pista para carros vai ser reduzida



SECRETÁRIO TYAGO HOFMANN diz que dados para comprovar redução de tempo na viagens estão sendo coletados

ENTENDA

Linha Verde

- > A PREFEITURA DE VITÓRIA implantou a faixa exclusiva para ônibus, táxis e vans no dia 12 de março. O objetivo é priorizar o transporte coletivo, reduzindo o tempo de viagem.
- > APÓS POLÊMICAS e até decisão judicial que suspendeu por alguns dias a faixa, a prefeitura anunciou adaptações. Uma delas foi a liberação da faixa para veículos que estejam com três ou mais pessoas.



TRANSCOL passa na linha verde

Funcionamento

- > DE SEGUNDA a sexta-feira, das 6h às 20h, e aos sábados, das 6h às 14h.

Primeiro trecho

- > A LINHA VERDE já funciona entre o pier de Iemanjá e o cruzamento da Dante Michelini com a avenida Norte-Sul (sentido Jardim Camburi), numa extensão de 3,8 quilômetros.

Ampliação

- > A PREFEITURA vai fazer, nas próximas quarta e quinta-feiras, testes para a ampliação da Linha Verde. Ela passará a ser da Dante Michelini até o Hortomercado, na Enseada do Suá, totalizando 8 quilômetros.

Teste

- > NOS DOIS DIAS DE TESTES, as vias serão sinalizadas com cones para avisar o funcionamento. O horário será diferenciado, indo das 14h às 20h. Após a fase de testes, o horário será normal: 6h às 20h.
- > AS CÂMERAS ainda não estão implantadas, o que deve ficar para a medida que a Linha Verde for ampliada.

cionar efetivamente. A prefeitura conta com o bom senso dos motoristas para o uso da faixa durante os testes.

> O TESTE irá avaliar os ajustes necessários, como no tempo de semáforos. Caso esteja tudo certo, a nova faixa começa a funcionar na semana seguinte.

Ônibus

- > CERCA de 27 linhas de ônibus do sistema Transcol e municipal de Vitória passam pelo local onde está atualmente a Linha Verde.
- > A LINHA 295 que faz o percurso Enseada do Suá-Jardim Camburi será estendida para até a Sede da Prefeitura de Vitória, na avenida Beira-Mar.

Próximos passos

- > APÓS A IMPLANTAÇÃO do novo trecho, até a Enseada do Suá, a prefeitura vai começar os preparos para outra etapa, que vai até a Rodoviária de Vitória, no Centro, com mais 8 quilômetros de Linha Verde.

Fonte: Prefeitura de Vitória

Pedido de suspensão na segunda

O recurso que pode suspender mais uma vez a Linha Verde será protocolado na próxima segunda-feira no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES). A ação será movida pelo advogado Amarildo Santos, responsável pela suspensão da faixa exclusiva em março.

O principal argumento do advogado é de que a Prefeitura de Vitória não realizou consultas públicas sobre o sistema. “De fato, foram feitos alguns debates em 2006 e 2007, na gestão do prefeito João Coser. Mas isso foi há 12 anos, o projeto estava nascendo e não foram audiências públicas”, questionou o advogado.

Após ser protocolado, o pedido vai ser analisado pelo colegiado do TJ-ES, ou seja, não apenas por um juiz, como foi a decisão que libe-



SEDE DA PREFEITURA DE VITÓRIA: ação questiona falta de audiências públicas por parte do Executivo

rou a volta da faixa exclusiva.

Amarildo Santos também questiona as reuniões que a Prefeitura tem feito com as lideranças comunitárias, desde que o sistema voltou a funcionar. O grupo composto por presidentes de associações de

moradores foi uma proposta do Ministério Público, mas segundo o advogado ele não cumpre o objetivo de consulta pública. “Audiência pública é convocar a população e fazer a divulgação. Essas reuniões não têm validade jurídica”, disse.

Prefeitura ameaça demitir professores

Com a convocação para o retorno ao trabalho, sindicato antecipou para amanhã a nova assembleia da categoria em Vitória

Karol Siqueira

A Prefeitura de Vitória convocou todos os professores que estão em greve desde o dia 26 de março para retornarem às suas atividades sob pena de exoneração do cargo.

A convocação foi feita através de uma edição extraordinária do Diário Oficial do Município, na última sexta-feira, e teve como base o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Vitória.

De acordo com o estatuto, faltar ao serviço por mais 30 (trinta) dias consecutivos, sem justa causa, pode levar à demissão.

Antes da publicação da prefeitura, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes) havia informado, também na sexta-feira, por meio de nota, que os professores

decidiram manter a greve.

O diretor de Assuntos Jurídicos do Sindiupes, Paulo Loureiro, disse que a diretoria do sindicato se reuniu na manhã de ontem com o Ministério Público Estadual. Segundo o diretor, a equipe do MPE se mostrou solidária à luta da categoria e lamentou a falta de diálogo com a prefeitura.

Loureiro informou que a assessoria do sindicato está fazendo uma avaliação jurídica para dar uma orientação aos professores. Ele declarou que a categoria se sente ameaçada.

"Abandono de emprego é uma coisa, e greve é outra", disse Loureiro. Uma nova reunião foi marcada com o Ministério Público, onde serão ouvidos diretores de escola, a diretoria e a assessoria jurídica do sindicato.

Uma nova assembleia da categoria estava marcada para a próxima quinta-feira, mas, com a convocação feita pela prefeitura, o sindicato decidiu antecipar o encontro para amanhã, segundo o diretor. A assembleia será no Centro Sindical dos Bancários, às 14 horas.

Questionado sobre a convocação dos professores e a ameaça de demissão, o procurador-geral do

município, Rubem Francisco de Jesus, explicou ontem que a prefeitura está fazendo um alerta para evitar exonerações.

"Eu não posso considerar a greve, porque ela é ilegal. Por isso, recorremos ao Estatuto dos Servidores, até porque me parece que eles não têm pretensão de voltar logo", disse.

Na última sexta, o procurador havia informado ao jornal **A Tribuna** que os professores teriam o ponto cortado.

SAIBA MAIS

Reivindicações da categoria

- > REPOSIÇÃO das perdas inflacionárias dos últimos quatro anos (cerca de 28%, segundo o sindicato).
- > CUMPRIMENTO do Plano de Cargos e Salários, cujos benefícios não estão sendo pagos desde dezembro de 2016.
- > IMPLANTAÇÃO da resolução que limita a 20 crianças a lotação nas salas de educação infantil.
- > A PARALISAÇÃO dos professores em Vitória teve início no dia 26 de março.

Fonte: Sindiupes.



PROFESSORES durante manifestação. Greve teve início no dia 26 de março

NELSON JR./SCO/STF



Plenário do STF vazio: ministros recebem pressão de vários lados

ASSOCIAÇÕES CRITICAM TENTATIVA DE INTIMIDAÇÃO

Para entidades, independência dos juízes deve ser respeitada

■ NATÁLIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Com o fato de a Justiça estar hoje em evidência em grande parte das manchetes, não só os réus como toda a sociedade estão a cada dia mais avalizando e julgando os juízes, seja para apontar defeitos, falhas ou corrigir situações as quais desagradam grupos políticos ou econômicos.

No entanto, para os magistrados, esse maior policiamento que se voltou ao Judiciário, inflado principalmente pelos grandes peixões políticos e empresários que se enxergavam acima da lei, que foram pegos e presos, não pode pôr em risco a independência necessária aos julgadores.

A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lomam), prevê, categoricamente, que "o magistrado não pode ser punido ou prejudicado pelas opiniões que manifestar ou pelo teor das decisões que pro-

REAÇÃO

"Os juízes que estão à frente das grandes operações têm dado demonstração de compromisso e não têm se intimidado"

ROBERTO VELOSO
PRESIDENTE DA AJUFE

ferir". Mas o que tem sido visto com cada vez mais frequência, de acordo com o presidente da Associação de Juizes Federal do Brasil (Ajufe), Roberto Veloso, são tentativas de cercar essa garantia dos juízes.

"É claramente uma tentativa de intimidação do trabalho dos juízes. Nunca houve, como agora, processo, julgamento e condenação de pessoas tão poderosas, e em razão de nosso trabalho, há tentativas de retaliação. Um dos pilares

do Estado Democrático de Direito é a independência dos juízes para julgar. Para aqueles insatisfeitos com as decisões existem os recursos", frisou.

No âmbito estadual também não é diferente, segundo o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turbío.

"É comum que a parte condenada utilize as Corregedorias de Tribunais ou o próprio CNJ como instrumento de coação aos juízes, e ao invés do juiz gastar suas energias com seu trabalho, precisa dar atenção à sua defesa", afirmou.

LEGISLATIVO

Veloso lembra que além das ameaças de punição disciplinar ou funcional, há uma tentativa de gerar no Parlamento uma ação que abafe o combate à corrupção e coloque em dúvida a honestidade e capacidade dos juízes, por meio

GARANTIA

"A independência é uma das maiores prerrogativas dos juízes, para poder julgar sem qualquer pressão ou ameaça"

EZEQUIEL TURBÍO
PRESIDENTE DA AMAGES

do Projeto de Lei que amplia a infração de Abuso de Autoridade.

Aprovado em abril do ano passado no Senado, o texto está sob apreciação da Câmara por meio de uma comissão especial desde outubro. Inicialmente, ele previa a punição pelo "crime de hermenêutica", que seria quando um juiz decidisse por uma interpretação da lei que fosse revertida em instância superior, mas esse trecho foi retirado do projeto.

PUNIÇÃO PARA MAGISTRADOS

QUANDO?

Magistrados podem ser punidos em caso de descumprimento dos deveres ou se cometerem aquilo que está expressamente proibido para a função.

Exemplos de deveres

- Não exceder injustificadamente os prazos para sentenciar ou despachar.
- Manter conduta irrepreensível na vida pública e particular.
- Residir na sede da Comarca salvo autorização do órgão disciplinar a que estiver subordinado.

Exemplos de proibições

- Exercer cargo de direção ou técnico de sociedade civil, associação ou fundação.
- Manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento,

seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças.

COMO? JUÍZES

Penas

Advertência; censura; remoção compulsória; disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço; aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço; demissão.

DESEMBARGADORES

Restrição

São puníveis com as mesmas penas, exceto às de advertência e censura.

MINISTROS

Impeachment

Pedido pode ser feito por qualquer cidadão e apresentado ao Senado.

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

LEONEL XIMENES**Saúde na Justiça**

O número de processos na Justiça contra planos de saúde cresce ano a

ano. No ES, foram 1.139 em 2017. Esse é um dos temas que serão debatidos no 6º Congresso Brasileiro Médico e Jurídico, em Vitória, entre 30 de julho e 1º de agosto.

REPORTAGEM ESPECIAL

MAGISTRADOS ENTRAM NO ALVO DE POLÍTICOS NO PAÍS

Reação de investigados e politização do Judiciário são motivos

ELES ESTÃO NA MIRA

NELSON JR./SCO/STF



LUÍS ROBERTO BARROSO, MINISTRO DO STF

▼ Ameaça de pedido de impeachment

O ministro Carlos Marun, da Secretaria de Governo, defendeu o impeachment do ministro por suas decisões sobre a quebra de sigilo bancário do presidente Michel Temer e sobre o decreto de indulto de Natal.

JOSÉ CRUZ/ABR - 05/08/2016



JUIZ FEDERAL SÉRGIO MORO, DA 13ª VARA FEDERAL DE CURITIBA

▼ Queixa-crime por abuso de autoridade e representação no CNJ

Após Moro ter autorizado a divulgação de interceptação telefônica da conversa entre Lula e Dilma, em 2016, ele foi alvo de ação movida pelo ex-presidente por abuso de autoridade e de denúncia feita pelo PT, PSB e PCdoB ao CNJ.

■ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Já se foram mais de quatro anos desde aquele 17 de março de 2014, quando a então pouco conhecida Operação Lava Jato prendia o doleiro Alberto Youssef. De lá para cá, as investigações avançaram a tal ponto que já foram capazes de condenar não só os operadores, como também ex-ministros, ex-governadores, um ex-presidente da Câmara e um ex-presidente da República, além de alcançar o presidente em exercício.

Como consequência, ou até mesmo como reação, contudo, o Judiciário também acabou se tornando o alvo dos políticos, principalmente em relação às suas sentenças e acordãos.

Para além do discurso de serem vítimas de perseguição, investigados, réus e condenados têm tentado enquadrar magistrados com

PRESENÇA

“O Judiciário foi tragado para dentro do miolo da crise e nosso sistema de Três Poderes se encontra tensionado”

LEON DE QUEIROZ
PESQUISADOR DA UFPE

punições funcionais por suas decisões judiciais.

Recentemente, um dos homens de confiança de Michel Temer (PMDB), o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, ameaçou apresentar um pedido de impeachment contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, após ele ter determinado a quebra de sigilo do presidente, no inquérito em que ele é investiga-

do. A acusação foi de que as decisões do magistrado revelam suas preferências político-partidárias.

Pouco antes, em janeiro, foi rejeitada uma ação proposta pelo ex-presidente Lula (PT) contra o juiz Sérgio Moro por abuso de autoridade, em razão da condução coercitiva e das interceptações de ligações feitas pelo petista.

Uma tentativa de punição pela divulgação desta gravação telefônica foi feita junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por PT, PSB e PCdoB, para que Moro sofra desde advertência, censura, remoção compulsória, aposentadoria compulsória até exoneração do cargo. O tema deve ser analisado no próximo dia 24.

É fato que, para as instituições, ao encarar casos de corrupção no Brasil, existem pressões para reverter os avanços alcançados, e os

interesses contrários são poderosos e têm mais recursos do que a sociedade civil e a Justiça, apontam analistas.

O professor Leon Victor de Queiroz, que é cientista político e pesquisador do Grupo de Estudos sobre Poder Judiciário, Política e Sociedade da UFPE, ressalta que este tipo de comportamento não está restrito à Lava Jato, mas ganha atenção especial por ter lideranças políticas à frente.

“Dentro do processo judicial, sempre a parte vencida vai se sentir injustiçada, isso faz parte da própria concepção de Justiça. Mas como o Judiciário começou a incomodar uma categoria que até então era intocada, pois crimes de corrupção são difíceis de provar por não deixar rastros evidentes, os juízes foram tragados para dentro do miolo da crise, que já está com os três poderes tensionados”, afirmou.

PARTICIPAÇÃO

“O Judiciário tem ocupado espaço de protagonismo na política, e juízes precisavam tomar um cuidado maior”

VITOR DE ÂNGELO
DOCTOR EM CIÊNCIA
POLÍTICA

EXCESSOS

Também não significa que não haja nenhum abuso, pois eventualmente eles poderão ocorrer, pontua o pesquisador, mas muitas vezes as acusações ficam na seara dos discursos, na tentativa de se desqualificar a Justiça para fugir da condição de acusado.

Professor do mestrado em Sociologia da UUV, Vitor de Ângelo chama a atenção para outro fator que contri-

bui para as tentativas de culpabilizar magistrados, que é o próprio comportamento deles, atuando cada vez mais como participantes da política.

“Há uma excessiva politização das próprias decisões judiciais e do comportamento dos ministros, tanto na Corte, como por meio das declarações públicas concedidas. A impressão é que os magistrados, principalmente os ministros do STF, também se contaminaram politicamente pelo ambiente.”

Como o cenário é contaminado, é difícil definir onde termina o lado técnico e começa um possível lado político, destaca.

“Embora não exista uma imparcialidade absoluta, os magistrados deveriam ter um cuidado maior ao assumir posições, pois ele é um agente essencial para a realização da Justiça”, disse o professor.

TRÂNSITO

Teste da faixa só para ônibus

Empresária e médico aprovaram o tempo gasto pelo ônibus na faixa em Camburi, mas vão continuar usando o carro por segurança

Francine Spinassé
Rafael Gomes

Com a previsão de ampliar as faixas exclusivas para ônibus, vans, táxis e carros com mais de três pessoas na Capital, será que as pessoas que andam de carro deixariam seus veículos para aderir ao transporte coletivo?

A convite da reportagem, um médico e uma empresária aceitaram o desafio de deixar seus carros em casa para fazer um trajeto que inclui a Linha Verde, na Praia de Camburi.

Como resultado, eles aprovaram a velocidade que os ônibus ganharam na faixa exclusiva e a ideia de priorizar o transporte coletivo. Mas ainda não pensam em trocar o carro definitivamente pelo ônibus por causa de pontos como a rotina que têm ou por causa da segurança.

A Linha Verde foi implantada pela Prefeitura de Vitória em março e, na quarta-feira, começaram os testes para ampliar a faixa por mais quatro quilômetros. Dividindo opiniões, entre os objetivos anunciados na época estava desestimular o uso do carro na capital e melhorar o tempo de viagem para quem usa o ônibus.

O primeiro teste feito ontem pela reportagem foi com a empresária e dermomicropigmentadora Penha Arraz, de 45 anos. Ela embarcou às 17h30, no ponto da Enseada do Suá, em frente ao Horto-mercado.

Em 25 minutos, ela chegou até Jardim Camburi. Mesmo não sendo seu trajeto diário, ela achou a viagem rápida, principalmente no trecho da Linha Verde.

“Sei que os motoristas reclamam, mas realmente se o objetivo é priorizar os trabalhadores que precisam usar o transporte coletivo todos os dias, a ideia é boa. Hoje, com a rotina bem corrida, uso o carro, mas se eu precisasse, não teria problema em usar o ônibus”, disse Penha, que há 25 anos não andava em um coletivo.

Mesmo saindo do mesmo ponto, na Enseada do Suá, a viagem para o cirurgião plástico Adriano Batistuta, 48, não foi tão rápida. Ele embarcou em um ônibus às 19h20, mas só chegou ao destino às 20h10, 50 minutos depois.

“Dar agilidade ao transporte coletivo é importante, mas não é o único fator que faria com que as pessoas deixem seus carros em casa. Como médico, há materiais caros que carregamos e, por isso, fica difícil andar de ônibus sempre.”

Mesmo assim, ele afirmou que tem usado bastante o Uber e, esporadicamente, o ônibus.

COMO FOI O TESTE



TESTE 1

Rapidez

A empresária e dermomicropigmentadora, Penha Arraz, embarcou às 17h30 no ônibus da Linha 211 (Santo André x Jardim Camburi), no ponto de ônibus da Enseada do Suá, em frente ao Horto Mercado.

Mesmo no horário considerado de pico, o trânsito fluía bem e, em 25 minutos, ela chegou até Jardim Camburi, na rua Carlos Martins. Para ela, o resultado foi positivo, principalmente, no trecho da Linha Verde.

“A viagem foi bem rápida. A ideia de dar agilidade para quem precisam usar o transporte coletivo todos os dias é boa, mesmo com a reclamação de outros motoristas”

Penha Arraz, empresária e dermomicropigmentadora

TESTE 2

Trânsito

Às 19h20, o cirurgião plástico Adriano Batistuta embarcou no ônibus no mesmo ponto da Enseada do Suá. Seu destino era mais curto que o da empresária: até a avenida Dante Michelini, na altura do bairro Mata da Praia. Mesmo assim, o tempo gasto por ele foi o dobro: 50 minutos.

No horário, havia lentidão até a Ponte de Camburi. Para o médico, com a ampliação da faixa, o tempo para os passageiros de ônibus será reduzido.

“Acho importante priorizar o transporte coletivo. Mas somente a agilidade não é suficiente para que eu deixe o carro em casa e use o ônibus. É preciso segurança”

Adriano Batistuta, cirurgião plástico



FALA, LEITOR!



ALESSANDRA PEREIRA, 40, doméstica

“A faixa exclusiva é uma ideia boa. Poderia ser estendida para outros locais também para que as viagens sejam mais rápidas”



EDVALDO SENNA, 31, empresário

“Para quem está de carro ficou mais difícil, pois o tempo é maior. Mesmo assim, não tem como trocar pelo ônibus”



UBIRAJARA OLIVEIRA, 50, administrador

“Moro na Praia do Suá e a preocupação é com o trânsito, após a implantação da faixa até a Enseada”



SANDRA GIRELLI, 46, professora

“A cidade não tem estrutura para implantação da Linha Verde. Deveriam investir em obras para melhorar a mobilidade”

Professores vão ter ponto cortado

Na próxima quinta-feira, a greve dos professores da rede municipal de Vitória, completará um mês.

Em assembleia realizada na manhã de ontem, a categoria decidiu manter a greve alegando falta de iniciativa por parte da prefeitura em negociar o fim do movimento.

Segundo o procurador-geral do município, Rubem Francisco de Jesus, os professores só vão receber pelos dias trabalhados.

STJ decide que dever pensão a ex dá cadeia

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, na última quinta-feira, que não pagar pensão alimentícia a ex-cônjuge pode ser motivo para prisão.

A decisão foi tomada de forma unânime, quando a turma analisou o caso de um homem que devia R\$ 63 mil à ex-mulher.

O juiz de 1ª instância havia determinado que o homem pagasse R\$ 2.500 mensais de pensão alimentícia à ex-mulher por toda a vida. Também determinou que, se ele não pagasse os R\$ 63 mil que estava devendo, deveria ser preso em três dias.

A defesa do homem entrou com um habeas corpus no STJ, mas os ministros não acolheram o pedido.

A Quarta Turma entendeu, assim como a primeira instância da

Justiça, que a ex-mulher tem idade avançada e problemas de saúde, por isso não conseguiria se inserir no mercado de trabalho.

Segundo o relator, ministro Luis Felipe Salomão, o pagamento da pensão é "voltado para a sobrevivência do alimentado", independentemente de este ser maior e capaz.

divulgação STJ



LUIS FELIPE SALOMÃO: sobrevivência